

ÍNDICE

Prefácio à 3. ^a Edição	7
Abreviaturas de obras periódicas e colectivas citadas	9

PRIMEIRA PARTE O TEMPO JURÍDICO E OS SEUS GRANDES MOMENTOS

CAPÍTULO I DA HISTÓRIA, DA HISTÓRIA DO DIREITO E DO SEU ESTUDO

I. <i>A História como indagação</i>	13
II. <i>A História como indagação do passado</i>	17
III. <i>A História frente a outras propostas epistemológicas</i>	19
IV. <i>Diferentes destinatários dos estudos histórico-jurídicos</i>	24
V. <i>O Objecto “Direito” na História do Direito</i>	35
VI. <i>Teleologia da História do Direito para candidatos a Juristas</i>	38
VII. <i>A História do Direito como Ciência Jurídica Humanística e sua importância e lugar no contexto da ‘Jurisprudencia’</i>	40
VIII. <i>História como Direito e Direito como História</i>	49
 <i>Pequena Bibliografia Histórica para um Jurista Aprendiz de Historiador do Direito</i>	 63

CAPÍTULO II
DO PRESENTE PARA O PASSADO
DIREITO CONTEMPORÂNEO: BALANÇO E PROSPECTIVA

I.	O Direito Contemporâneo entre extremos	68
II.	Ciência jurídica e objectividade	71
III.	Sociedade contemporânea e Direito actual	73
IV.	Pensamento Jurídico.	90
V.	O Direito Positivo: aproximação a tendências e hipótese prospectiva	95
VI.	Novo Balanço	101

CAPÍTULO III
DIVIDIR A HISTÓRIA: PERIODOLOGIA OU IDEOLOGIA?

I.	Periodologia: um Problema Metodológico e não só.	103
II.	Divisões, abstrações, convenções.	104
III.	O Novo Pan-Medievalismo; a Pluralidade dos Renascimentos	107
IV.	Polissemia de Iluminismo	109
V.	Perigos Pedagógico-Didáticos	111
VI.	Periodologia e Política.	112

CAPÍTULO IV
NORMATIVIDADES ORIENTAIS E PRÉ-CLÁSSICAS

I.	Desencantamento do Mundo e Encantamento do Oriente.	115
II.	Filosofias Normativas do Extremo Oriente à Pérsia e à Mesopotâmia	116
III.	Filosofias Normativas Judaico-Cristãs	120
IV.	O Olhar Clássico sobre o Pré-Direito: um obstáculo	123
V.	A Normatividade Egípcia e o Mito: Mito e Mitanalises	125
VI.	Mito e ‘Maet’	127
VII.	O Momento Egípcio: A Hipótese totalitária	130
VIII.	O Momento Egípcio: A Hipótese Africana	133
IX.	Rigidez e Flexibilidade da Normatividade Egípcia Antiga.	134
X.	Egipto Antigo, Ucronia e Utopia	137
XI.	Faraó e Maet como “Constituição”	139

CAPÍTULO V
DIREITO E CIÊNCIA JURÍDICA NAS FONTES CLÁSSICAS
LEGADO DO DIREITO ROMANO

- I. *Dos brocardos jurídicos, máximas de sabedoria do Direito. Seu actual valor heurístico e metanóico.* 143
- II. *Sentido e Actualidade de trechos fundantes do Direito Romano, recolhidos no Corpus Iuris Civilis.* 146

CAPÍTULO VI
DO DIREITO CLÁSSICO AO DIREITO MEDIEVAL
ISIDORO DE SEVILHA: SUPERVIVÊNCIA DO DIREITO ROMANO
E CRIAÇÃO DO DIREITO IBÉRICO

- I. *Isidoro de Sevilha, um clássico* 162
- II. *Filosofia jurídica no Livro V das 'Etimologias'.* 165
- III. *Direito Público: Isidoro de Sevilha, fundador teórico das liberdades ibéricas* . . . 173

CAPÍTULO VII
O RENASCIMENTO MEDIEVAL DO DIREITO ROMANO

- I. *Renascimento ou sobrevivência? A presença do Digesto no séc. XII europeu* . . . 179
- II. *Vicissitudes do ensino jurídico na alta Idade Média (sécs. V-XI)* 180
- III. *A escola de Bolonha do séc. XII* 183
- IV. *O império e o direito* 185
- V. *O corpus iuris civilis medieval* 187
- VI. *O direito civil e os glosadores: metodologias* 188
- VII. *A cultura jurídica medieval da interpretatio* 190
- VIII. *Relação dos glosadores com os textos justinianeus* 191
- IX. *Géneros literários mais caros aos glosadores* 194
- X. *As gerações de glosadores* 196
- XI. *Accursius e a magna glosa* 196
- XII. *A presença da Igreja. O direito canónico e os glosadores* 199
- XIII. *O utrumque ius* 200
- XIV. *De glosadores a comentadores: um processo gradual* 202
- XV. *A vocação prática dos comentadores. Sua relação com os textos* 204
- XVI. *Os comentadores e a escolástica* 205
- XVII. *Os ultramontani como precursores dos comentadores.* 207

XVIII.	<i>Os comentadores e o ius commune</i>	208
XIX.	<i>Gêneros literários mais caros aos comentadores</i>	212
XX.	<i>O nascimento da communis opinio doctorum</i>	213
XXI.	<i>A supervivência dos métodos comentaristas</i>	215

CAPÍTULO VIII
DO NOMINALISMO JURÍDICO MEDIEVAL
À GÊNESE DO DIREITO MODERNO E CONTEMPORÂNEO

I.	<i>O Nominalismo e o Xadrez</i>	217
II.	<i>Legados jurídicos do Nominalismo</i>	221
III.	<i>Glosadores e Comentadores</i>	222
IV.	<i>Fortuna do Humanismo Jurídico</i>	224
V.	<i>Reforma e Contra-Reforma</i>	225
VI.	<i>O Relógio. Do Jusracionalismo ao Positivismo Jurídico</i>	226
VII.	<i>O Relógio positivista legalista</i>	231
VIII.	<i>O Pluralismo jurídico doutrinal e metodológico contemporâneo</i>	233

CAPÍTULO IX
NOVAS E VELHAS NOVIDADES
DAS ORDENAÇÕES MANUELINAS
Arqueologia e Interpretação Historiográfica

I.	<i>Novidades da Arqueologia Jurídica</i>	239
II.	<i>Novidades Interpretativas das Ordenações Manuelinas</i>	241
III.	<i>Do Livro II das Ordenações Manuelinas e da sua relevância constitucional</i>	246

CAPÍTULO X
CONSTITUIÇÃO EUROPEIA
BALANÇO TEÓRICO E PERSPECTIVAS PRÁTICAS

I.	<i>Construção Constitucional Europeia: Brevíssima história</i>	254
II.	<i>Transcendência histórica do novo paradigma constitucional</i>	256
III.	<i>Constituição Codificada e Revolução</i>	258
IV.	<i>Constituição, Estado e outras Formas Políticas</i>	261
V.	<i>Constituição ou Tratado?</i>	263
VI.	<i>Poder Constituinte, Povo e Cidadania</i>	265

VII. <i>A falsa questão confessional</i>	270
VIII. <i>Federalismo, Soberania e Autonomia</i>	271
IX. <i>O Princípio dos Princípios da Constituição Europeia: A Subsidiariedade</i>	276
X. <i>O Direito no Espaço Europeu, entre os princípios do Primado e da Subsidiariedade</i>	277
XI. <i>A Constituição Europeia e o Futuro</i>	279
XII. <i>Novo Balanço</i>	281
Bibliografia Geral da Primeira Parte	285
Algumas Obras Clássicas citadas	318

II PARTE

EM DEMANDA DA SINGULARIDADE DO DIREITO PORTUGUÊS

Introdução	323
----------------------	-----

CAPÍTULO I

AS LIBERDADES IBÉRICAS TRADICIONAIS

I. <i>Breve introdução histórica ao período de ocupação visigoda da Península Ibérica</i>	327
II. <i>O modelo de liberdades ibéricas tradicionais e os factores sócio-políticos da sua emergência e consolidação. Possíveis influências na História do Direito Português</i>	332
III. <i>A questão da sucessão do rei na monarquia visigoda. Reminiscências na História portuguesa ulterior</i>	336
IV. <i>As liberdades ibéricas tradicionais e os Concílios de Toledo</i>	340
V. <i>A legislação visigótica e as liberdades ibéricas tradicionais</i>	349
VI. <i>S. Isidoro de Sevilha. O edificador teórico das liberdades ibéricas tradicionais</i>	354

CAPÍTULO II

AS LIBERDADES IBÉRICAS TRADICIONAIS NOS FOROS
E NOS FORAIS PORTUGUESES

I. <i>A circunstância Hispânica medieval</i>	359
II. <i>O costume jurídico. Fonte principal de Direito da Idade Média Peninsular</i>	362

III. <i>Foros e forais na Idade Média peninsular</i>	364
IV. <i>Foros e forais. Distinções e proximidades</i>	366
V. <i>Unidade na diversidade</i>	368
VI. <i>As liberdades ibéricas tradicionais e o Direito português</i>	372
VII. <i>Os foros e forais portugueses e as liberdades ibéricas tradicionais</i>	374
VIII. <i>A progressiva afirmação do Direito Romano-Canónico.</i> <i>As Siete Partidas e o Fuero Real. A permanência dos foros</i> <i>e dos forais e das liberdades ibéricas tradicionais</i>	391

CAPÍTULO III

AS CORTES PORTUGUESAS NO CONTEXTO DAS LIBERDADES IBÉRICAS TRADICIONAIS

I. <i>Absolutismo ou Absolutismos</i>	399
II. <i>As liberdades ibéricas tradicionais na Idade Média portuguesa</i>	403
III. <i>A origem das Cortes tradicionais</i>	406
IV. <i>A participação do braço popular nas Cortes portuguesas</i>	408
V. <i>Superação do problema definitório</i>	409
VI. <i>As funções das Cortes Tradicionais</i>	411
VII. <i>A representação política nas Cortes</i>	417
VIII. <i>O fundamento jurídico das Cortes</i>	418
IX. <i>As várias reuniões das Cortes portuguesas</i>	423
X. <i>A decadência das Cortes</i>	425
XI. <i>As liberdades ibéricas tradicionais e as Cortes. Algumas das reuniões</i> <i>das Cortes portuguesas</i>	429
X. <i>As Cortes do futuro</i>	449

CAPÍTULO IV

AS LIBERDADES IBÉRICAS TRADICIONAIS NAS COMPILAÇÕES DE DIREITO PORTUGUÊS

I. <i>Razões do estudo</i>	451
II. <i>As compilações não oficiais</i>	452
III. <i>As Ordenações de Dom Duarte. Breve Nota</i>	454
IV. <i>As primeiras Ordenações oficiais de Direito Português</i>	459
V. <i>A ausência das Cortes nas Ordenações e a matéria constitucional</i>	466
VI. <i>As liberdades ibéricas tradicionais nas Ordenações Afonsinas</i>	469

CAPÍTULO V
A RESTAURAÇÃO PORTUGUESA DE 1640
E AS LIBERDADES IBÉRICAS TRADICIONAIS

I.	Prolegómenos	483
II.	O reino de Portugal e a monarquia de Castela no período anterior a 1580	485
III.	Alcácer Quibir	491
IV.	O reinado do Cardeal D. Henrique. A crise de sucessão	493
V.	O Governo dos Habsburgo em Portugal.	498
VI.	A Restauração portuguesa de 1640. Seus fundamentos jurídicos, políticos e doutrinários. A possível influência do acervo das liberdades ibéricas tradicionais	505
VII.	A Justa Aclamação do Sereníssimo Rei D. João IV.	516
VIII.	A importância da parentética para a causa da Restauração	520

CAPÍTULO VI
AS LIBERDADES IBÉRICAS TRADICIONAIS, O SÉCULO XVIII
E A POLÉMICA DO NOVO CÓDIGO DE DIREITO PÚBLICO

I.	O século XVIII em Portugal. Dúvidas, paradoxos e espanto.	523
II.	O Estado das ordens. Sua dissolução	525
III.	As últimas reuniões das Cortes do antigo regime	530
IV.	D. João V.	535
V.	Sebastião José de Carvalho e Melo. A ascensão ao poder.	537
VI.	Os novos tempos	539
VII.	A lei de 18 de Agosto de 1769	541
VIII.	A Dedução Cronológica e Analítica.	543
IX.	Um balanço quanto às liberdades tradicionais	546
X.	O pombalismo. Alfobre de uma revolução futura?.	548
XI.	A Viradeira.	552
XII.	O Novo Código de Direito Público de Portugal	554
XIII.	Mello Freire e Ribeiro dos Santos. As visões da História.	556
XIV.	Os aspectos principais da polémica	559

CAPÍTULO VII
O LIBERALISMO PORTUGUÊS NO CONTEXTO
DAS LIBERDADES IBÉRICAS TRADICIONAIS

I. <i>Introdução</i>	575
II. <i>A Revolução francesa. Repercussões em Portugal</i>	577
III. <i>As invasões</i>	580
IV. <i>A súplica de 1808</i>	581
V. <i>A resistência</i>	583
VI. <i>A Revolução e as Cortes</i>	584
VII. <i>D. João VI e as liberdades ibéricas tradicionais</i>	592
VIII. <i>O regresso do rei Clemente. A Revolução acelera</i>	597
IX. <i>A Constituição de 1822</i>	598
X. <i>A separação do Brasil</i>	608
XI. <i>A Contra-Revolução</i>	610
XII. <i>O projecto falhado de Carta Constitucional</i>	612
XIII. <i>A Abrilada e a promessa de Cortes</i>	614
XIV. <i>A morte de D. João VI e a questão da sucessão</i>	615
XV. <i>A Carta Constitucional de 1826</i>	618
XVI. <i>O tradicionalismo da Carta</i>	623
Para uma Conclusão	627
Bibliografia Geral da Segunda Parte.	631